

Declaração de limpeza de áreas em imóveis rurais - DLA: um estudo de caso

Luiz de Matos Montilha Lima¹; Ana Luiza Benevides Matos²; Lucas Moraes Araujo³; Reginaldo Antonio Medeiros⁴

¹ Engenheiro Florestal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. E-mail: lmontilha1997@gmail.com

² Acadêmica de Engenharia Florestal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. E-mail: anabenevides.cac@gmail.com

³ Acadêmico de Engenharia Florestal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. E-mail: mr.lucasaraujo19@gmail.com

⁴ Engenheiro Florestal, Dr., Professor do Ensino Básico e Tecnológico, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. E-mail: reginaldo.medeiros@ifmt.edu.br

Resumo

Na atividade da pecuária, em que o estado de Mato Grosso apresenta o maior rebanho do Brasil, verifica-se o aumento do interesse de pecuaristas pela limpeza de área ou pastagens no propósito melhorar a produtividade, pois, uma pastagem “suja” resulta em impacto negativo na propriedade. Para isto é necessário o atendimento aos preceitos constantes no protocolo da Declaração de Limpeza de Área (DLA) junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), órgão do Governo de Mato Grosso responsável pela gestão ambiental no Estado. Este estudo objetivou apresentar os instrumentos legislativos em vigor no estado do Mato Grosso para a Limpeza de Área de Pastagem, bem como expor a aplicação destes em estudos de caso, em duas áreas consolidadas. Considerando os dados levantados em campo e a classificação da área, a solicitação proposta se enquadra na dispensa de autorização por parte da SEMA – MT para que a área venha a ser limpa e utilizada para os devidos fins

Palavras-chave: Área Consolidada, Legislação Ambiental, Mato Grosso.

Introdução

A atividade pecuária, onde o estado de Mato Grosso apresenta o maior rebanho do Brasil com 32,7 milhões de cabeça (IBGE, 2021a), verifica-se o aumento do interesse de pecuaristas em elevar a produção, seja pelo melhoramento genético do rebanho, seja pelo manejo mais efetivo das pastagens, como por exemplo a reforma ou limpeza de área com a forrageira, pois, uma pastagem “suja” resulta em impacto negativo na propriedade (MENDES et al., 2019).

Para isto, é necessário o atendimento aos preceitos constantes no protocolo da Declaração de Limpeza de Área (DLA) junto a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), órgão do Governo de Mato Grosso responsável pela gestão ambiental no Estado. No entendimento da legislação, a limpeza de áreas em imóveis rurais é caracterizada pelas operações que envolvam roçada e retirada de plantas oportunistas em regeneração natural. Estas devem contabilizar até 50 indivíduos por hectare, com diâmetro a altura de 1,30 m da superfície do solo (DAP) de no máximo 10 cm, sendo excluída a possibilidade da derrubada de árvores adultas.

A DLA é constituída por um formulário de caráter descritivo, onde consta o procedimento a ser realizado para a limpeza da área rural, a caracterização da localidade e a responsabilidade técnica. Em seu anexo deverá constar o laudo elaborado pelo engenheiro florestal responsável, contendo a indicação da localização exata do polígono onde será feita a limpeza, acompanhado do arquivo digital (em formato *shapefile*) desse polígono integrado com as suas coordenadas geográficas. O estudo objetivou apresentar a aplicação prática dos instrumentos legislativos em vigor no estado do Mato Grosso para a Limpeza de Área de Pastagem, via estudos de casos.

Material e Métodos

Este trabalho caracteriza-se por um estudo de caso envolvendo a DLA em propriedade rural no município de Pontes e Lacerda – MT (Projeto A e B).

O levantamento em campo ocorreu no mês de junho de 2021 e contou com a participação do engenheiro florestal (responsável técnico do laudo) e mais duas pessoas de apoio operacional, sob o aporte de dispositivo de posicionamento global (GPS) da marca *Garmin®* modelo eTrex 32x SA.

Na área “A” foram distribuídas aleatoriamente 10 (dez) unidades amostrais, numeradas em 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 nas dimensões de 20 m x 100 m, totalizando 20.000 m² de área inventariada, o que corresponde a 2,86% da área em estudo.

Na área de amostragem B, foram distribuídas aleatoriamente 5 (cinco) unidades amostrais, enumeradas

como 01,03, 04, 05 e 06 nas dimensões de 20 m x 100 m, totalizando 10.000 m², o que corresponde a 1,43% desta área.

Os processos metodológicos descritos a seguir foram aplicados para ambas as áreas deste estudo.

As medições de cada parcela foram feitas de uma extremidade a outra, respeitando seus limites e dimensões especificadas. Como as árvores encontravam-se distribuídas aleatoriamente espaçadas, não houve a necessidade da abertura de picada, somente da trilha para o caminhar no local. Para dimensionamento da área e das parcelas foi utilizada fita de medição (trena flexível).

Para obtenção da circunferência altura de 1,30 m (CAP) foi utilizada uma fita métrica, sendo que posteriormente os dados da CAP foram transformados em diâmetro (DAP), para atendimento aos critérios do Decreto nº 2.151, de 12/02/2014 que admite a derrubada de indivíduos com DAP com até 10 (dez) centímetros ou 31,41 cm de CAP.

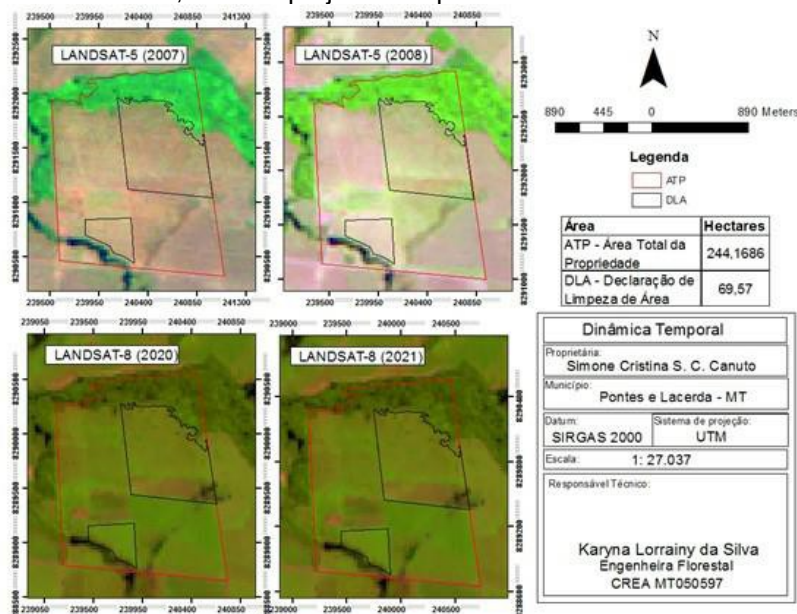
Admitiu-se assim um valor máximo de 10 indivíduos arbóreos para os 2.000 m² de área levantada pelas parcelas.

Resultados e Discussão

A área em estudo (A e B) possui uma área total de 69,57 ha, caracterizada com rala vegetação, com indivíduos adultos, a maioria palmáceas, como também possui a presença de vegetação secundária em estágio inicial e em regeneração.

Na figura 31 é apresentado uma dinâmica temporal de uso da área consolidada, demonstrando, desta forma, que antes de 22 de julho de 2008, já havia atividade agropecuária no local (BRASIL, 2012). Nota-se que antes de 2007 a área caracterizada como Projetos A e B já apresentava a vegetação natural suprimida.

Figura 1 – Dinâmica temporal para caracterização de área consolidada, com informações da área do imóvel, área consolidada, área do projeto e responsável técnico.



Fonte: Engenheira Florestal Karyna Lorrainy da Silva, 2021.

De acordo com inventário e trabalho de campo, a área caracterizada como Projeto A apresenta vegetação rala e em estágio secundário de regeneração, com a presença de regeneração inicial nas regiões de pastagem (Tabela 1). Portanto, em concordância com os instrumentos normativos para a limpeza de área, tal localidade encontrou-se apta a protocolação da Declaração de Limpeza de Área junto a SEMA, com a finalidade da implementação de atividade agrícola devidamente licenciada.

Tabela 1 – Espécies arbustivas e arbóreas detectadas na área de estudo do projeto A

Espécies vegetais com ocorrência registrada	
Nome popular	Nome científico
Lobeira	<i>Solanum lycocarpum</i> A. St.-Hill
Fedegoso	<i>Mimosa</i> spp.
Dorme-dorme	<i>Cassia occidentalis</i> L.

Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i> (Spreng.) Less.
Carrapicho	<i>Cenchrus Echinatus</i> L.
Braquiária	<i>Brachiaria</i> spp.
Vassourinha	<i>Spermacoce verticillata</i> L.
Pata de vaca	<i>Bauhinia forficata</i> L.
Babaçu	<i>Attalea speciosa</i> Mart.
Tucum	<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
Espeteiro	<i>Casearia gossypiosperma</i> Briq, LC.
Bacaxi do mato	<i>Ananas ananassoides</i> (Baker) L. B. Smith
Angiquinho	<i>Aeschynomene denticulata</i> Rudd LC.

Fonte: Do autor, 2021.

Assim como no Projeto A, o local amostrado para a limpeza de área do projeto B, apresenta vegetação classificada em estágio de regeneração secundária, de densidade rala e com a presença de regeneração em estágio inicial nas áreas forradas pela pastagem (Tabela 2). Estas características também preenchem os requisitos estabelecidos na legislação de referência para a protocolação da Declaração de Limpeza de Área junto a SEMA.

Tabela 2 – Espécies arbustivas e arbóreas detectadas na área de estudo do projeto B

Espécies vegetais com ocorrência registrada	
Nome popular	Nome científico
Lobeira	<i>Solanum lycocarpum</i> A. St.-Hill
Dorme-corme	<i>Cassia occidentalis</i> L.
Fedegoso	<i>Mimosa</i> spp.
Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i> (Spreng.) Less.
Carrapicho	<i>Cenchrus Echinatus</i> L.
Braquiária	<i>Brachiaria</i> spp.
Vassourinha	<i>Spermacoce verticillata</i> L.
Pata de vaca	<i>Bauhinia forficata</i> L.
Babaçu	<i>Attalea speciosa</i> Mart.
Tucum	<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
Espeteiro	<i>Casearia gossypiosperma</i> Briq, LC.
Angiquinho	<i>Aeschynomene denticulata</i> Rudd LC.
Louro	<i>Laurus nobilis</i> L.
Moreira	<i>Maclura tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud
Joá bravo	<i>Solanum viarum</i> Dunal.
Mamica de porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.
Figueira	<i>Ficus</i> spp.
Pinho cuiabano	<i>Schizolobium parahyba</i> var. <i>amazonicum</i> Huber ex Ducke
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville
Caruru	<i>Amaranthus</i> spp.

Fonte: Do autor, 2021.

A área (Projeto A e B) foi considerada como consolidada, ou seja, área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades Agrossilvipastoris (BRASIL, 2012) e será destinada ao uso agropecuário. A limpeza da área possibilitará condições de manejo, sobretudo para o preparo solo. Após a aprovação do Projeto, e sob supervisão do responsável Técnico, ocorrerá a roçada e retirada de vegetação oportunista como também a retirada de babaçu (*Attalea speciosa* Mart.) e tucum (*Astrocaryum vulgare* Mart.), espécies predominantes na área. Não será realizado intervenções em áreas de preservação permanente (APP), e Reserva legal (ARL) e serão tomadas medidas para que não haja nenhum dano à fauna local.

Conclusões

Ambas as áreas foram identificadas como consolidadas, e pleiteadas para futura implementação de atividades agrícolas, devidamente licenciadas no órgão competente.

A vegetação observada é de regeneração secundária e indivíduos em estágio de regeneração primária, com

predominância de palmáceas.

A solicitação proposta se enquadra na dispensa de autorização em consonância com a legislação vigente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Brasília, 1981.

BRASIL. **Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Rebanho bovino cresce 1,5% e atinge 218,2 milhões de cabeças em 2020. **Estatísticas Econômicas**, 2021a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=itanhandu>>. Acesso em: 15 de nov 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados de Informações Ambientais**. 2021b. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>>. Acesso em: 15 de nov 2021.

MATO GROSSO. Decreto Nº 2.151, de 12 de fevereiro de 2014. Regulamenta a dispensa de Autorização de Limpeza e/ou Reforma de áreas no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Diário oficial do estado do Mato Grosso**, Cuiabá, 2014.

MENDES, P. P.; HERRERA, G. P.; MENDES, D. R. F.; BOSON, D. S.; CONSTANTINO, M. Sustentabilidade e Função Social do Pantanal Sul-Mato-Grossense: Evidências da Atribuição Territorial. **Economic Analysis of Law Review**, v. 10, n. 1, p. 75-92. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO – SEMA. **Instrução Normativa Nº 001 de 12 de fevereiro de 2016**. Regulamenta os procedimentos administrativos a serem observados na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para a realização de limpeza em áreas de imóveis rurais localizados no estado do Mato Grosso. Cuiabá, 2016.

OLIVEIRA, L. S.; DIAS, P. C.; ALMEIDA, M. Avaliação genética do enraizamento de miniestacas de uma procedência de *Eucalyptus cloeziana*. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 35, n. 84, p. 391-397, 2015.